

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NA IDADE ADULTA: A GOVERNAÇÃO E O DESCASO DA *RUA*

Augusto Nascimento*

RESUMO

O amadurecimento de São Tomé e Príncipe ocorre à luz de antagonismos raciais, falhas no plano econômico e social e instabilidade política. Considerando-se que no país a globalização está envolvida com as dinâmicas locais bastante particulares, persiste a necessidade de renovação e gestão adequada das instituições e dos respectivos desempenhos. O artigo tem por objetivo realizar resenha histórica da pós-Independência, tentando ainda delinear as várias possibilidades da evolução política no arquipélago.

ABSTRACT

The maturation of Sao Tome and Principe occurs in the light of racial antagonisms, gaps in the economic and social area and political instability. Whereas in the country the globalization is involved with the very particular local dynamics, there remains the need for renovation and appropriate management of the institutions and their respective performance. The paper aims to conduct a historical review of the post-independence, trying to delineate the various possibilities of political developments in the archipelago.

1 INTRODUÇÃO

Tardará pouco, alguns dos são-tomenses nascidos após a Independência, em 1975, serão avós. Muitos já não terão recordações precisas do colonialismo e, no tocante aos jovens, nem sequer as transmitidas pelos progenitores. Estas memórias também se vão esborratando por via da aceleração do tempo e das mudanças sociais e culturais no mundo e no arquipélago. Neste ponto, subsiste uma equação da evolução do mundo à luz dos antagonismos raciais supostamente coincidentes com as assimetrias econômicas e de poder no mundo, o que, para alguns, equivale a uma resiliente versão primária do pós-colonialismo militante em descompasso com o mundo. Seja como for, o colonialismo português aparenta ser cada vez mais distante e, a par e passo, cada vez menos responsável pelo percurso do país independente há 35 anos.

Em apreciação genérica e simplista, essas três décadas e meia ficam marcadas por fracassos nos planos econômico e social, coexistentes com alguma instabilidade política nas duas derradeiras décadas de pluripartidarismo. Paradoxalmente, ou não, esta instabilidade denota um razoável funcionamento

* Investigador do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa; colaborador do Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa (CEA/ISCTE-IUL) e do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (Ceaup).

das instituições – em especial, no respeitante à alternância na governação – e uma assinalável democraticidade no tocante à liberdade de crítica política, tanto nas ruas como na imprensa.

Goradas as sucessivas promessas de prosperidade, assentes no recorrente lema da *mudança*, cujo protótipo foi a Independência, o sentimento prevalecente parece ser o da perplexidade, quando não o da rendição. Neste país, onde a globalização se entrecruza com dinâmicas locais emaranhadas pela microinsularidade, a complexidade das decisões políticas excede por largo a exiguidade territorial. Em particular, a – inesperada – dificuldade de composição entre os políticos parece artificial e irrazoável perante as enormes dificuldades do arquipélago. Afinal, dir-se-ia, tais dificuldades deveriam ser ultrapassáveis, porque o arquipélago não lida com as enfrentadas por governos e populações em outros contextos sociopolíticos mais adversos.

Porventura, o passado ajudará a lançar alguma luz. Este artigo faz uma resenha histórica do período de pós-Independência¹ à luz de marcas da cultura política progressivamente arraigada no tecido social e, como tentativa, delineia-se-á várias possibilidades da evolução política no arquipélago.

2 O LASTRO HISTÓRICO

Com aproximadamente mil km², em 1975, o arquipélago tinha cerca de 80 mil habitantes, entre ilhéus, serviçais e seus descendentes e, ainda, europeus.² Mercê de um forte crescimento demográfico, em 2000 a população seria de 132.301 habitantes (SANTO, 2009, p. 189) e, segundo projeções, atualmente ultrapassará os 150 mil indivíduos.

À data da Independência, os europeus tinham posições proeminentes, conquanto fossem, na sua maioria, assalariados, quer da administração colonial, quer das roças ou das plantações que detinham 90% da terra. Durante décadas, estas dominaram a economia das ilhas, usurando a terra e marginalizando a mão de obra local, que preteriam a favor de braços importados de outras colônias. Praticamente, não existia alternativa econômica à exportação de cacau; a diversificação da economia era tendencialmente nula e as dinâmicas de acumulação local e valorização dos ilhéus, inexistentes. Até os anos 1950, a política colonial não atendeu senão aos interesses dos roceiros. O arquipélago era qualificado de uma

1. Súmulas históricas relevantes para o período focado neste artigo podem ser encontradas em Hodges e Newitt (1988), Seibert (1999, 2002) e Nascimento (2000a).

2. Durante o tempo colonial, os serviçais eram os trabalhadores importados para as roças. Durante longo tempo sujeitos à tutela de donos ou administradores das roças, os roceiros, os serviçais permaneceram apartados do tecido social local. Aliás, os ilhéus também se esforçavam por se demarcar dos serviçais obrigados a um trabalho aviltante e quase escravo. Enquanto parte destes foi repatriada, outros fixaram-se pelas roças e alguns permaneceram após a Independência. Até hoje, as diferenças entre os ilhéus e os ex-serviçais não se encontram totalmente esbatidas.

colônia de plantação em oposição às de povoamento. Em uma sociedade pautada pela rotina e pelo imobilismo, o racismo larvar e o etnocentrismo dos colonos, materializados na sua alegada supremacia racial no meio e no comando dos serviços nos trabalhos das roças, eram uma pobre compensação para a espoliação a que alguns europeus se percebiam, também eles, sujeitos. Ao longo de décadas, os ilhéus, progressivamente marginalizados, acumularam ressentimentos por uma subalternização na qual se sentiam injustiçados.

Esses traços, típicos de um colonialismo moldado por um pensamento autoritário e conservador, só começaram a ser removidos nos anos 1960, quando se encetaram políticas econômicas e sociais atinentes à integração social da população local e, também, da importada. No âmbito das possibilidades permitidas pelo controle político, imperativo para um regime que não queria ver questionada a legitimidade do poder, o ambiente social distendeu-se. Nos anos 1960, a convivência social aparentou ser pacífica. Enquanto isso, a oposição ao colonialismo era tendencialmente nula, porque era prevenida e controlada. Muitos são-tomenses estariam alheados da política.

Diga-se, o colonialismo legou tecido econômico razoavelmente organizado e infraestruturas com alguma valia.³ A despeito das alusões ao envelhecimento premeditado do aparelho produtivo, esgrimidas para justificar o mau desempenho no período de pós-Independência, o legado colonial mais gravoso não concernia à base econômica, mas, sim, ao capital humano e social. Em virtude da feição ditatorial no seu derradeiro meio século, o colonialismo não permitiu a emergência de elite local, nem suscitou o hábito de discussão do futuro do arquipélago.

Ademais, a sociedade são-tomense chegou à Independência sem memória de experiências de competitividade política e social e, menos ainda, de lutas sociais.⁴ Era uma sociedade refém de um rasto de imobilismo, à primeira vista consonante com a finitude dos horizontes arquipelágicos, que só os derradeiros anos de política paternalista do regime colonial pareceram alargar um pouco. Malgrado os sobressaltos da *luta* pela emancipação política levada para o arquipélago após o golpe de Estado de 25 de abril de 1974, em Portugal, em 1975 prevalecia a concepção dos são-tomenses como um povo pacífico, ideia suscetível de corroboração por qualquer visitante nos anos seguintes à Independência.

3. Evidentemente, tal não invalida que se questione se a base econômica das roças, assentada, sobretudo, na exportação de cacau, era plataforma bastante para o desenvolvimento, encarado quer da perspectiva do aumento da renda nacional, quer da sua redistribuição em proventos e bem-estares pessoal e coletivo. Hoje, afigura-se ser consensual que a economia do cacau não pode suportar este desiderato – ver, por exemplo, Santo (2008) – mas, após a Independência, apesar dos discursos sobre a decrepitude da capacidade produtiva instalada, optou-se, não pela diversificação econômica, mas pela nacionalização das roças. Logo, o Estado são-tomense preservou a estrutura da economia herdada do colonialismo, carregando-a, todavia, com o fardo da burocracia estatal.

4. Do tempo colonial ao regime de partido único, o aparato policial controlou as movimentações populares. Afora isso, no período de pós-Independência, a autopercepção de um destino desgraçado e expiador não suscitava movimentações sociais, salvo as espontaneamente reativas a algum fato pretensamente mais gravoso.

Nos derradeiros anos da época colonial, o destino do arquipélago dependera das decisões em Lisboa e do rumo da confrontação militar nas colônias portuguesas no continente. Em 1974-1975, a mudança na rota do arquipélago chegou de fora. O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) compunha-se de exilados cujo tirocínio se fizera em vários países africanos. No meio de conflitos, sua militância era pouco expressiva e não tinha repercussão visível nas ilhas. Os dirigentes do MLSTP tinham perdido a noção da trajetória do arquipélago. Como dissemos, após o 25 de abril, a *luta* chegou pela mão dos jovens estudantes agrupados na Associação Cívica Pró-MLSTP. Em contexto político assaz favorável à independência, eles capitalizaram quer a exteriorização do ressentimento dos ilhéus por décadas de marginalização em prol dos colonos, quer a exaltação de um futuro ridente após a remoção destes.

Ao mesmo tempo, ia-se instilando o receio entre os são-tomenses mais conservadores e – naquela conjuntura, raros – adversários da independência. Na verdade, Portugal não apostava na preservação do laço colonial, nem, sequer, na salvaguarda dos interesses de portugueses. Apostava, sobretudo, em um processo de transição sem incidentes. O radicalismo da Associação Cívica revelou-se incômodo. Esta acabaria arredada por um acordo entre as autoridades portuguesas e a cúpula do MLSTP. A turbulência política foi contida, para o que também contribuiu a convicção da inevitabilidade da independência, com a qual as autoridades portuguesas se mostravam concordes.⁵

O país tornou-se soberano e livre, mas tal regalia não se estendeu aos cidadãos. Sob a égide do MLSTP, que absorveu outras organizações partidárias surgidas após o golpe de Estado em Portugal, chegou-se à Independência em 12 de julho de 1975. Desta, nasceu um regime político autoritário, de matiz socialista. O Estado foi submetido a este partido; por seu turno, o MLSTP foi conduzido por grupo restrito, no qual avultava o respectivo presidente, Pinto da Costa.

Algo imprevisível, a *mudança* de 1975 veio de fora e rapidamente se radicalizou. Os dirigentes independentistas chegaram do exílio. Imbuídos de idealizações acerca da sua terra deixada para trás – por vezes, havia mais de dez anos –, terão intuído o fosso que os separava dos desejos e das necessidades dos seus conterrâneos, de quem tinham uma visão a um tempo ideologizada. Não tinham assistido às mudanças na terra nos derradeiros anos do colonialismo. Para suprir seu desajustamento da sua ideologia em relação à terra e às mutações econômicas

5. Esse conflito que redundou no afastamento de são-tomenses da sua terra às vésperas da Independência suscita alusões ressentidas até hoje. Alguns autores veem neste episódio, no qual os velhos dirigentes do MLSTP arredaram a juventude da Associação Cívica, o *leitmotiv* da conflitualidade renascida com a liberalização política.

Dada a permanente recomposição das fracções e dos blocos, não subscreveria incondicionalmente tal tese. Porém, é certo que, desde os anos 1990, se evidenciou uma cultura de afrontamento político à margem dos mecanismos institucionais e em detrimento da composição e da concertação de interesses.

e sociais ocorridas, propuseram mutações sociais animadas pelo voluntarismo e pela ideologia socialista. Impunha-se-lhes ditar a evolução do arquipélago à luz de uma concepção finalista da história da humanidade, facilitada pela confrontação de blocos daquele tempo, e filtrar as influências exógenas como forma de revelar as aspirações dos seus concidadãos.

No tocante às relações externas, e sem embargo das relações diplomáticas então encetadas, o novo país aprofundou o fechamento herdado do colonialismo. Mantendo as quase inevitáveis relações com a ex-potência colonizadora, desqualificou politicamente o relacionamento com o Gabão,⁶ país ao qual dirigentes do MLSTP se tinham acolhido no período pré-Independência, e estreitou as relações de cooperação com países socialistas, dos quais se destacavam Cuba, Rússia, República Democrática Alemã e, ainda, China. Por esta altura, estreitamente vinculado à Angola,⁷ o arquipélago estava de costas voltadas para a costa mais próxima. Não por acaso, descartou-se a hipótese do turismo, desde logo associado à degradação moral, mormente à prostituição, como se esta fosse apanágio do capitalismo. Na verdade, queria-se controlar as influências externas⁸ na definição de teto de apetências e demandas dos são-tomenses. À medida que as dificuldades abriam caminho à desilusão, o exterior tornar-se-ia um lugar mítico para parte dos são-tomenses.

Escorado em aparato policial que supostamente visava defender a Independência contra os agentes do neoimperialismo, o controle político e social da população assentou também nesta peneira da interação do país com o mundo. Este isolamento em face do exterior foi facilitado pelas dificuldades materiais de comunicação. Curiosamente, a microinsularidade e a facilidade de controle, por um lado, e as redes familiares e de proximidade, por outro, teriam impedido uma maior virulência do regime ditatorial do período de pós-Independência. Incutiu-se o temor, e alguns adversários menos timoratos ou socialmente menos

6. Para uma síntese da evolução do relacionamento com o Gabão, ver Hodges e Newitt (1988, p.120).

Ao tempo, não era dito explicitamente, mas percebia-se que as alusões às ameaças provindas do exterior visavam a esse país. Existiam relações formais com o Gabão, mas não amistosas com seu presidente – em parte, devido à oposição ideológica entre os governos de ambos os países.

7. As relações com Angola têm raízes históricas que remontam ao colonialismo. Atendo-se às épocas mais recentes, da Angola chegaram muitos serviços para as roças. A luta anticolonial aproximou os futuros dirigentes de ambos os países. Após a Independência, estreitaram-se ainda mais os laços entre ambos os Estados. Escala na passagem do arquipélago para o mundo, Angola apoiou militar e economicamente o arquipélago. Atualmente, Angola é o país com a mais numerosa comunidade de são-tomenses.

Sobre as relações do arquipélago com Angola, ver Nascimento (2000b).

8. Tal qual o fizera o poder colonial. Em todo o caso, e não obstante as acusações fundadas de que este poder fechou o arquipélago, nos últimos anos do colonialismo, vinha-se aventando a aposta no turismo e organizavam-se visitas controladas ao arquipélago. Com a Independência, estas rarearam, desde logo, por o país ter voltado as costas ao Gabão e se ter fechado ao exterior.

Santo (2009, p. 98-99) defende que o turismo foi arredado por opções ideológicas relativas ao desenvolvimento. Sem refutar esta explicação, o autor considera que se tendia a subordinar a racionalidade econômica aos objetivos políticos de consolidação da hegemonia do MLSTP. O pragmatismo cedeu lugar à meta de preservação do poder.

proeminentes foram perseguidos, mas apenas um preso político morreu na prisão. Na ilha de São Tomé, sede do poder e, de longe, mais populosa, a oposição tornou-se uma atitude dissimulada.

No arquipélago, ocorreram as costumeiras intentonas nos regimes de recorte socialista e autoritário, as quais evidenciaram a confrontação entre os líderes do MLSTP, da qual saiu triunfante Pinto da Costa. Em 1979, ele prendeu Miguel Trovoada, até pouco antes primeiro-ministro, acusando-o de tentativa de golpe de estado.⁹ Subsequentemente, esta subterrânea dinâmica conflitual levaria à progressiva deserção de dirigentes, os quais intuiriam que não havia meio-termo entre a fidelidade ao líder e um afastamento da atividade militante, fora da qual, em todo o caso, não abundavam as perspectivas de vida.

Em alternativa, em consonância com a duplicidade dos dirigentes, os quadros intermédios e a população trocavam o desempenho institucional e produtivo pela aprendizagem do *desenrascar a vida*, em conjuntura de crescentes e desigualmente repartidas privações económicas,¹⁰ cujo clímax ocorreu com a seca de 1983-1984. Mais do que inesperado, este inédito e contranatura fenómeno climático se repercutiu duramente em uma sobrevivência já assaz difícil, pondo em causa a antiga ideia de que, apesar da pobreza, não se morria de fome. Aos olhos de alguns são-tomenses, tal seca pareceria a sanção de um juízo transcendental sobre os equívocos dos homens. O projeto político que se propusera combater a religião, mormente para erradicar o obscurantismo colonial – tentando sobrepor a comemoração do “poder popular” à costumeira celebração do dia do apóstolo S. Tomé Poderoso, dia em que, por *tradição*, tem de chover –, conheceu um forte revés. Não tinham decorrido dez anos sobre a Independência, as dificuldades pareciam inultrapassáveis.

O desempenho económico degradara-se. Para além da facilidade de apropriação do rendimento da exportação à custa dos trabalhadores, a nacionalização das roças também visara conter a eventual diferenciação social com base na agricultura. Logo, os ex-serviçais viam perpetuar-se sua condição de dependentes, ademais agravada pelas dificuldades económicas do país. Atribuindo a posse da terra ao Estado, o MLSTP doava-na simbolicamente a todos os são-tomenses. Na verdade, em resultado das nacionalizações, são-tomenses com pouco ou sem nenhum conhecimento do trabalho agrícola substituíram os colonos na condução das roças. A posição relativa entre ilhéus e ex-serviçais

9. Miguel Trovoada foi detido nas instalações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vindo a ser libertado, para partir para o exílio em julho de 1981.

10. Ao tempo, os bens de primeira necessidade escasseavam. Com a desvalorização da moeda, a oferta de produtos alimentares da terra retrocedeu. No tocante aos bens importados, os são-tomenses passavam horas nas filas das *lojas do povo* e das demais para a aquisição de bens essenciais – por exemplo, leite e pão. Procurar alimento tornou-se uma difícil tarefa de todos os dias.

manteve-se, não obstante todos gozaram dos foros de uma cidadania formal. Dos apelos ao empenho no aumento da produção para bem do coletivo foi restando a rigidez da autoridade, previsivelmente inerente a uma relação hierárquica não escorada em um desempenho capaz, crescentemente olhada como discricionária, até mesmo pelos que tinham sofrido os gravames do colonialismo, mas do qual tendiam a guardar a memória das distensões política e social dos derradeiros anos. Fora das roças, as limitações de horizontes decorrentes da modelação do cotidiano segundo o normativo – informal e, pior, ajustado dia a dia – do *homem novo* revelavam-se desgastantes e, para alguns, crescentemente insuportáveis.

A população reagiu em 1979, em São Tomé, e, em 1981, na Ilha do Príncipe. O primeiro levantamento foi particularmente violento, conquanto espontâneo e politicamente desarticulado. Com menor impacto, o segundo foi rapidamente abafado. O primeiro alimentou as preocupações da segurança contra os supostos agentes reacionários e, em assomo de militantismo, porventura também inspirado pela trajetória da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA),¹¹ reafirmou o papel de vanguarda dirigente do MLSTP. O resultado de mais este impulso voluntarista foi o enquistamento do grupo do poder, do qual a população se apartava, ainda que as celebrações nacionalistas e a *performance* ritualizada nos mecanismos decisórios intermédios pareciam concitar alguma adesão. Fosse como fosse, a população quedava despojada de capacidade de decisão política e, progressivamente, de ânimo.

Concomitantemente à degradação das condições de vida, chegou-se ao gradual esboroamento das instituições, assaltadas por uma cultura patrimonial e clientelar cuja repercussão econômica era devastadora. Em meados da década de 1980, do socialismo parecia apenas sobrar a inutilidade do esforço de criação do *homem novo*, o qual seria misto do lema de uma emancipação cultural subsequente à independência política, por um lado, e de renúncia aos desejos da era colonial, de outro, subliminarmente apodados de veículos de alienação dos são-tomenses. Esta proposta de disciplina e regeneração só poderia durar enquanto não esmorecesse a exaltação derivada da Independência.

A meta do *homem novo* – que, durante um certo tempo, equivaleu ao desígnio de uma humanidade africana a ser resgatada da opressão e da alienação – também amparou opções econômicas, as quais, para além da crença coeva no papel do Estado no desenvolvimento, também subjaziam motivações de controle político

11. Em 1979, instituiu-se o Grupo dos Cinco, composto por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A afinidade dos dirigentes construiu-se na luta contra o colonialismo português. Acrescia a convergência ideológica e política, em parte também devido às independências coetâneas do clímax do confronto ideológico da Guerra Fria. As cimeiras dos Cinco correram os vários países, tendo acabado após as democratizações dos anos 1990. Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

e social e, correlatamente, de preservação do poder nas mãos de uns poucos. Ditada unilateralmente, revestida de novos rótulos para os indivíduos, como o de *nacionais*,¹² a aparente homogeneidade social – na verdade, definida pela contenção das ambições individuais – acabava como um mecanismo de controle social sustentado pelos próprios indivíduos. A par da retórica independentista, o exercício político pelas “massas” era ritualizado e limitado, porquanto o poder decisório estava de posse de um grupo assaz circunscrito.

Em meados dos anos 1980, poucos acreditavam no projeto socialista. À boca pequena, a oposição medrava. A população não se organizava para contestações políticas, mas, em contrapartida, alheava-se do projeto político do MLSTP, cuja materialidade eram, afinal, as crescentes privações em troca de futuros risonhos. Falho de força moral, o exercício da autoridade era cada vez menos efetivo. Neste quadro, o Estado são-tomense tornava-se deliquesciente,¹³ as instituições ruíam e a vida social atomizava-se.¹⁴

Em todo o caso, a mudança política não dependeu da pressão popular,¹⁵ a menos que se tome por esta última a crescente crispação resultante das horas

12. Alguns autores inferiram da Independência a promoção jurídica dos são-tomenses e dos restantes africanos à condição de cidadãos, por oposição à de colonizados. Na verdade, nos anos 1980, a designação mais usada era a de *nacionais*. Porém, nesta condição concorriam mais deveres do que direitos, mormente as obrigações decorrentes do engajamento nas tarefas prescritas pelos responsáveis políticos. Era como se, mais que cidadãos, os são-tomenses tivessem de alguma forma tornado-se propriedade do Estado.

Tratava-se, evidentemente, de uma perspectiva consonante com a coloração socialista do projecto do MLSTP. Para além da ideia de que a aceitação de tal situação não tinha sido devidamente avaliada no tempo da transição e de exaltação da Independência vindoura, podemos perguntar: a aceitação de tal contexto entroncava na cultura de reverência e acatamento da autoridade herdada do colonialismo? Ou, diferentemente, relaciona-se com um quase invisível, mas operante, veio cultural de sociedades africanas baseadas nos direitos sobre as pessoas, e não sobre os bens? Se esta última hipótese estiver certa, teria-se não só de repensar a penetrabilidade cultural da colonização portuguesa no arquipélago – que, apesar de plurissecular, teria de ser equiparada às demais colonizações entendidas como um verniz estalado após as independências –, como também de ponderar a influência de um tal lastro cultural sobre as configurações e as práticas políticas no arquipélago, assim equiparado a outros contextos da África.

13. Com o uso dessa designação, pretendo assinalar um trajeto de perda de autoridade e de eficácia do Estado desde a Independência que, todavia, não alienou completamente sua preponderância política, social e, até mesmo, circunstancialmente desigual. Por conseguinte, perdura a percepção da necessidade de um Estado entre os são-tomenses. É sobre este valor remanescente atribuído à autoridade estatal que, de forma recorrente, as autoridades se propõem a reafirmar a autoridade estatal como premissa da reconstrução e do desenvolvimento do país.

14. Segundo Branco e Varela (1998, p. 42-43), apesar das metas de transformação social, o Estado são-tomense era um *soft state*, com instituições incapazes de implementar seus objetivos políticos e de consolidar um sistema político administrativo nacional e que não conseguiam impor um sistema econômico produtivo.

15. Assim o defenderam, por exemplo, Branco e Varela (1998, p. 11-13/36), ambos com tirocínio político, mormente no MLSTP, e com histórico de responsabilidades governativas.

Nos anos 1980, à medida que se anunciavam os ventos da mudança, sob a égide de Pinto da Costa, os *renovadores* tiveram ocasião de travar razões com os *ortodoxos*. A valorização da ideia de uma mudança impulsionada no seio do próprio MLSTP brota da memória deste confronto – contido – entre *renovadores* e *ortodoxos*, de alguma forma também coincidente com uma luta de gerações e de lidas no mundo.

Os autores estrangeiros valorizam o vetor exógeno na mudança para a democratização. Para Ferreira (1990, p. 164), o desejo de instaurar a democracia adveio do caos econômico, assim como das pressões dos governos e das instituições internacionais. Seibert (1999, p. 152-153/409) pondera que a principal razão para as mudanças operadas a partir de 1984 foram as carências econômicas e não as pressões populares. Adianta que o fito dos dirigentes do MLSTP era a preservação do poder independentemente das alterações políticas e econômicas. No fim, teriam sido surpreendidos pelo curso dos eventos.

perdidas nas filas para a aquisição de bens essenciais e todo o cortejo de *esquemas* que, até por comparação com o *tempo do colono* – do qual, progressivamente, se retinham apenas os últimos anos –, aviltavam os são-tomenses. Depois do impasse na governança, de que os primeiros sinais foram os da reequação do modelo económico na segunda metade da década de 1980, Pinto da Costa decidiu-se por uma reaproximação ao bloco ocidental, por ajustamentos da economia e, por fim, por mudanças políticas. De acordo com a cartilha das etapas de reconversão de regimes políticos autoritários em regimes abertos (graduais distensões social e política, apelo ao retorno dos dissidentes, convocação da Conferência Nacional¹⁶ e aparecimento de grupos a prazo transformados em partidos de oposição), trilhou-se o caminho para a liberalização, prenunciada anos antes. Curiosamente, na terra, reemergia o ressentimento, desta feita para desacreditar até ao fim as intenções de Pinto da Costa de promover a liberalização política.¹⁷

3 AS RECORRENTES PROMESSAS DE MUDANÇA

A *mudança* de inícios da década de 1990 traduziu-se na reconversão das arquiteturas política e institucional ao modelo ocidental, afinal; uma suposta ambição de parte dos independentistas. Depois de referendada em 1990, em 1991 entrou em vigor uma nova constituição,¹⁸ pela qual o país passava a ser uma democracia representativa. A palavra de ordem seria a da *mudança*, com a qual o até então exilado Miguel Trovoada capitalizou vasto apoio popular para sua eleição como presidente. Apesar do trânsito do MLSTP para a social-democracia em finais dos anos 1980, quando esta sigla acrescentou o Partido Social Democrata (PSD), a formação partidária que coligava os dissidentes, o Partido da Convergência Democrática-Grupo de Reflexão (PCD-GR), ganhou as eleições.

Rompera-se o pensamento monolítico, mas os partidos tenderam a caracterizar-se como agregados sem perfil ideológico, fulanizados e meramente instrumentais na disputa do poder.¹⁹ Desde cedo, se começou a realçar a subalternização do regime democrático à lógica clientelar. Fosse como fosse, e

16. A Conferência Nacional, de 16 a 19 de dezembro de 1989, visava contornar a resistência às mudanças subsistentes no MLSTP. Ver Branco e Varela (1989, p. 65).

17. Refira-se, quem não fosse são-tomense, mas detivesse um conhecimento mínimo da evolução da terra cedo, deixou de duvidar que a liberalização política se tornara irreversível. Contudo, os mais acirrados arautos da democratização – parte dos quais tinha deixado o MLSTP – enfatizavam amiudadamente uma dúvida de princípio quanto às intenções de Pinto da Costa, até mesmo após estas já terem conhecido as primeiras concretizações. Tratava-se de desqualificá-lo, de inibi-lo politicamente, mais do que expor uma dúvida fundada quanto à irreversibilidade da nova via política.

Diga-se, se tais argumentos faziam caminho é porque se intuía a respeito do quanto estes colheriam uma população cujo ressentimento, por ter sido obrigada a privações, era tanto maior quanto o convencimento da duplicidade dos dirigentes acobertados nos seus privilégios.

18. Redigido por um constitucionalista português a convite de Pinto da Costa, o projeto foi objeto de uma reformulação no sentido do reforço dos poderes presidenciais no tocante à defesa e à política externa.

19. Para Seibert (1999, p. 412), os partidos representam não apenas dissensões ideológicas, mas também grupos rivais na disputa do poder. Tal caracterização conserva atualidade.

independentemente do crescendo quase geométrico das dificuldades econômicas, também por conta do Programa de Ajustamento Estrutural, o grosso das pessoas prezava o regime multipartidário. À margem de perorações acerca da genuinidade da democracia,²⁰ entre cujos crivos se conta o da justiça e o da equidade na disputa eleitoral, a diferença não parecia despicienda para os são-tomenses. Igualmente por influência das mudanças no mundo – das quais se destacam a maior interação entre a miríade de atores, que não apenas os Estados, e a maior circulação de informação, alavanca da abertura cultural, do crescendo de reivindicações e da definição de um patamar mínimo de direitos para os seres humanos –, também no arquipélago a vida ganhou traços oponíveis aos do tempo do monopartidarismo.

A verdade é que o partido único foi esmagadoramente derrotado pela *mudança*, personificada no até então exilado Miguel Trovoada,²¹ no qual se projetou a ansiedade popular por uma nova redenção após a Independência. Naquele contexto político e social, qualquer tentativa do MLSTP para controlar o processo de democratização a fim de triunfar nas urnas estava voltada ao fracasso. Independentemente das intenções com que iniciara o processo de democratização, pode conjecturar-se que o pressentimento de uma derrota inapelável levou Pinto da Costa a arredar-se do primeiro pleito eleitoral. Evitou, assim, o *castigo* político, não muito comum na África, de fundadores e governantes, aplicado pelos são-tomenses ao MLSTP, o partido da Independência.²² Tal consubstanciava o repúdio pela vereda para o socialismo imposta durante anos.

Erodindo a cultura de reverência social e de obediência herdada do tempo colonial, a progressiva corrosão da regulação social de outrora plasmava a vida coletiva no arquipélago. A conflituosidade política medraria refém deste plasma de meias palavras e de conveniências sociais, por um lado, e da personalização e do consequente agravamento dos conflitos políticos, por outro. Em vez de competição por programas políticos e sociais, a fulanização dos conflitos assentaria arraiais²³ na luta política. As formações partidárias começaram a ser

20. Em 1999, Seibert (1999, p. 244) considerava que as instituições democráticas tinham sido enredadas na apropriação clientelar de recursos, já característica do monopartidarismo, e vaticinava que o processo de democratização corria o risco de se limitar à criação de instituições formalmente democráticas. Sem embargo do acerto das suas considerações, não se deve elidir a viva competição política. Em razão dos interesses em jogo, os contendores obrigaram-se ao *banho*, uma espécie de redistribuição dos réditos por ocasião das eleições, matéria a que se voltará adiante.

21. Em vez de outros ex-militantes do MLSTP, Miguel Trovoada ter-se-á mostrado peremptoriamente avesso a qualquer conciliação com Pinto da Costa, alegadamente mediada pelo presidente Bongo já na segunda metade da década de 1980.

22. Deve dizer-se que, devido à desilusão com os resultados da governação nascida da *mudança*, dos quais ressaltaram os conflitos entre Trovoada e o governo composto pelo PCD-GR, também este partido foi logo penalizado nas eleições de 1992 para as autarquias, criadas pela nova Constituição do país.

23. Para Seibert (1999, p. 99), a conflituosidade dos anos 1990 reeditou conflitos não resolvidos desde a época da militância no Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe, organização que precedeu o MLSTP.

encaradas como instrumentos de desígnios pessoais.²⁴ Enquanto presidente, Miguel Trovoadá criou seu partido, a Aliança Democrática Independente (ADI).

Em todo caso, a transição para a democracia redundou na garantia dos direitos civis e individuais, mormente da liberdade de imprensa. Significativamente, não diminuiu a importância do boato, isto é, de uma espécie de contrafogo com que a população se vingava simbolicamente dos *políticos*. A materialização deste fenómeno é a costumeira caricatura na primeira página de *O Parvo*, jornal que, com meios rudimentares, se publica ininterruptamente há mais de dezena e meia de anos.

Com a liberalização política, removeu-se o suporte de Angola, cujo exército permanecera no arquipélago mais de um decénio; supostamente, para defendê-lo de agressões externas; na prática, para suportar o MLSTP. As Forças Armadas Populares de Libertação de Angola voltaram ao seu país pouco depois da posse do primeiro governo constitucional. Com esta ação, matizava-se a ligação à Angola, até então umbilical. O “cheiro” do petróleo²⁵ ajudou a relativizar esta relação, porquanto impeliu à reaproximação à costa africana mais próxima. Em 1998, o país encetou a negociação das fronteiras marítimas com a Guiné Equatorial e o Gabão, que viriam a ficar definidas em 2001. Ainda no mandato de Miguel Trovoadá, negociou-se a delimitação da fronteira marítima com a Nigéria. Em 2001, alcançou-se uma solução negociada relativa à mais promissora zona petrolífera, tornada uma zona de exploração comum de 28.000 km². A reboque desta solução, os países estabeleceram acordos de cooperação (SANTO 2009, p. 178) ou uma parceria especial,²⁶ relegando para um plano secundário a relação com Angola.²⁷

24. Apesar de recentes pronunciamentos acerca de filiações e identidades ideológicas, os partidos permanecem como instituições referidas a personalidades que, não raro, as subsidiam. Como agora sucede com o Movimento Democrático Força da Mudança-Partido Liberal (MDFM-PL), seu ciclo de vida pode manifestar-se estreitamente ligado à percepção do poder efetivo ou potencial da personalidade tutelar.

25. Em meados da especialmente difícil década de 1990 – pautada pela baixa do preço do cacau, cuja exportação ademais decrescia em resultado da progressiva desarticulação das roças, a que se somavam os efeitos socialmente onerosos da aplicação das políticas de ajustamento estrutural –, surgiu o cenário mirífico do petróleo, uma vez mais com uma carga de promessas de redenção.

26. Segundo o acordo, 60% e 40% das receitas da zona de exploração conjunta pertencem à Nigéria e a São Tomé e Príncipe, respectivamente. Abriu-se caminho ao leilão dos blocos desta zona. Há anos, calculava-se que, entre 2005 e 2025, a zona exclusiva poderia proporcionar cerca de 800 milhões de barris de petróleo (Menezes, 2002, p. 104). Em 2010, ainda não se chegou à exploração petrolífera.

27. Sem embargo da volatilidade da política no arquipélago, a dado momento Angola pareceu substituída no papel de parceira privilegiada pela Nigéria, em detrimento da aliança com Angola nos primeiros anos da Independência. Tal alinhamento com a Nigéria, vincado na sequência da tentativa de golpe de 2003, pareceu reafirmado pelo governo saído das eleições de Agosto de 2010, que veio matizar o estreitamento dos laços de cooperação com Angola, dita um parceiro estratégico pelo governo cessante.

Foi após a “descoberta” do petróleo que São Tomé e Príncipe se voltou para a costa a norte, com a qual manteve relações estreitas até há cerca de século e meio, ao tempo por causa do tráfico transatlântico de escravos.

Durante anos, o petróleo pareceu prefigurar um novo ciclo, uma esperança com que os políticos deixaram entrementes de acenar. É sabido que, em vez de efeitos econômicos forçosamente positivos, os – desejados – réditos do petróleo podem suscitar o *rent seeking* e a designada *dutch disease*, processo inflacionista potenciado pela inexistência de uma estrutura produtiva capaz de rentabilizar as receitas petrolíferas. Os efeitos de *rent seeking* já são manifestos no acordo assinado em 1997 com a Environmental Holding Remediation Corporation. Como outros igualmente considerados nefastos, aquele contrato foi renegociado em termos menos desfavoráveis para São Tomé e Príncipe.²⁸ Dada a consabida distorção econômica por vezes associada à exploração petrolífera, previram-se mecanismos cautelares para a gestão dos respectivos proventos – entre eles, a Lei de Gestão das Receitas Petrolíferas, aprovada em 2004. Por entre pressões econômicas e sociais, o curso da política conferirá, ou não, eficácia a tal instrumento de gestão das receitas do petróleo.²⁹ Porventura, a lógica rentista suscitada pela economia do petróleo laborará no sentido de estorvar dinâmicas de acumulação local, mas, para além destas considerações, correm acusações acerca da alienação indevida do petróleo. Diga-se, durante anos prevaleceram o silêncio e as notícias confusas e, frequentemente, contraditórias acerca do petróleo.

Consoante a legislação, a aplicação das receitas petrolíferas queda confinada a investimentos na educação e na saúde e ao apoio social. A disponibilidade de tais recursos financeiros deveria contribuir para a resolução de alguns problemas sociais, assim como para delinear uma estratégia de desenvolvimento sustentável assente na valorização dos recursos humanos, no aumento do emprego e do bem-estar da população.³⁰ Uma vez concretizada a prosperidade prometida pelo ouro negro, parte dos são-tomenses poderia retornar ao país.

Paralelamente à construção da diáspora são-tomense em vários cantos do mundo, nos derradeiros anos, assistiu-se, sim, à chegada de imigrantes da costa próxima, atraídos pelas possibilidades de acumulação em vários setores da atividade econômica em um país pautado por uma relativa paz social.

Em termos comparativos, tal é um juízo inegável, apesar de as tentativas de golpe de Estado que chegaram ao arquipélago na derradeira década do século passado. A rigor, os presidentes não têm responsabilidades governativas, mas, na

28. Foram assinados acordos comerciais com empresas do setor petrolífero por meio dos quais São Tomé e Príncipe teria cedido parte substancial das eventuais receitas da exploração petrolífera. Objeto de renegociação, estes acordos se tornaram-se menos graves para o arquipélago; observa-se um histórico dos acordos relativos à exploração petrolífera subscreitos, denunciados e renegociados por São Tomé e Príncipe em Menezes (2002, p. 100ss).

29. Em 30 de agosto de 2010, a Associação dos Economistas pediu ao novo governo a instituição do órgão de fiscalização do petróleo criado em dezembro de 2004, mas sem implementação efetiva desde então. Ver Repórter África (2010).

30. Significativamente, sucessivos responsáveis governamentais começaram a delinear projetos de desenvolvimento sem recurso a receitas petrolíferas que surgem, cada vez mais, como uma miragem. Nas ruas, grassava a desconfiança relativa à extorsão de tais receitas por parte dos governantes.

realidade, eles são o alvo das demandas de responsabilidades pela população, das quais, de certo modo, as tentativas de golpe se quiseram porta-vozes.

Ambas as intentonas, em 1995 e 2003, foram controladas pela comunidade internacional.³¹ Estas manifestações foram apoiadas pela população, e a reposição da normalidade constitucional levou dias. Em parte, devido à microinsularidade e à dependência do país, em ambas as ocasiões, vieram de fora os contributos para a concertação das posições. Sem embargo dos seus descontraídos interesses, a comunidade internacional conteve os golpistas. Qual reverso deste processo de contenção da violência mais disruptiva, tal não impediu a gradual instalação da violência de baixa intensidade, a um tempo impune e contida, já não por quaisquer *valores* de outrora, mas, presumivelmente, pelas possibilidades de retaliação.³²

Em certo sentido, da competição política aberta retomada com o multipartidarismo não nasceram nem líderes, nem uma elite política. Este vazio abriu espaço para a esperança em uma solução no exterior da *política*. Veja-se, Pinto da Costa propôs-se a concorrer às eleições presidenciais de 2001. As circunstâncias do país eram assaz difíceis e, ao cabo de um decênio, a desilusão com os fracassos dos arautos da *mudança* pareciam abrir uma possibilidade para quem, não obstante as *bocas* sobre sua inspiração do golpe de 1995, se mantivera recatado e *fora* da política ativa desde a transição democrática de que ele também fora autor. Ainda assim, em 2001, a *mudança* ganhou novo rosto, Fradique de Menezes.

Esse personagem parecia reunir as virtudes de alguém chegado de *fora*, também no sentido metafórico, pois emergia do sucesso económico. Foi ele o candidato azado para travar a eleição de Pinto da Costa. Sua passagem pela política fora pouco mais do que meteórica. Fradique de Menezes era, sobretudo, um expatriado que retornava com a auréola do seu aparente sucesso na economia. Corporizava ideias que, em síntese grosseira, tinham a ver com o governo expedito e eficaz de um país como se de uma empresa se tratasse. À campanha eleitoral não faltaram os ataques pessoais, nem a exibição de um cartaz alusivo ao recenseamento de 1979, que, lembrando as atribulações dos primeiros anos da Independência, acenava com o perigo do retorno do regime de partido único. Mais relevante, a melhor creditação da futura eficácia económica parecia residir na atrativa coreografia dos comícios de Menezes, pobremente imitada no derradeiro comício de Pinto da Costa na Praça da Independência. Em manifesto erro de

31. Sobre os golpes de 1995 e de 2003 veja-se Seibert (1996, 2003), respectivamente.

Em 8 de março de 1988, ocorrera o chamado *golpe das canoas*. Além de esperado pelas autoridades, avisadas da sua perpetração, estava pateticamente organizado. Na sequência da transição para a democracia, os implicados foram indultados. Em momento algum, tinham constituído uma ameaça.

32. Alguns dos novos proprietários contratam guardas, por vezes incumbidos de defender as propriedades com recurso a armas de fogo. Há anos, já após a Independência, tal expediente, associado à diferenciação económica e à manifesta incapacidade de aplicação a oito dos normativos legais, era inimaginável em São Tomé e Príncipe.

campanha, o candidato aparecia em pose majestática. Faltava a Pinto da Costa a capacidade de gestos de empatia e cumplicidade, quiçá de matiz populista, para convencer os que não lhe eram indefectíveis.

Muito mais à vontade na exposição pública, Fradique de Menezes ganhou as eleições presidenciais. Iniciando-se uma visão maximalista dos seus poderes, promoveu e demitiu primeiros-ministros e forçou a renegociação dos contratos do petróleo em sentido mais favorável ao país. Tal como seu antecessor, criou uma formação partidária, o Movimento Democrático Força da Mudança (MDFM) – cujo acrónimo remete para seu nome, identificando subliminarmente Força da Mudança e Fradique de Menezes –, ao qual se juntou, posteriormente, a definição do Partido Liberal (PL). Fradique de Menezes suscitou uma revisão constitucional para aumentar seus poderes. Porém, viu até *seus* deputados recusarem o projeto que, segundo ele, poria a constituição de acordo com a mentalidade prevalecente no arquipélago, em que, como na África, a demanda da responsabilidade política é dirigida à figura tutelar por não se entender a divisão de poderes. Teria entusiasmado Bush em um pequeno almoço com líderes africanos em setembro de 2002, em Nova Iorque, quando os Estados Unidos intensificavam a procura de alternativas ao fornecimento de petróleo do Oriente Médio. Todavia, o apoio americano em matéria de segurança tem-se cingido a ações pontuais, pois os norte-americanos parecem pouco interessados em compromisso ativo na defesa de um arquipélago, em um quadro regional complicado. Pouco a pouco, o voluntarismo de Fradique de Menezes foi-se esfumando, e seu partido, do qual chegou a ser formalmente líder ao mesmo tempo que presidente, suscitando mais uma polémica política, definhou, tendo eleito um deputado nas eleições de 1º de agosto de 2010.

O país foi mudando na continuidade, que se diria definida pela ânsia de redenção salvífica vinda de fora como solução para situação sentida como impasse sem fim à vista. Independentemente das mudanças económicas – há mais oportunidades de safar a vida do que há décadas, na medida em que, a despeito do aumento das assimetrias económicas, há mais bens de subsistência –, persistem inúmeros problemas no tocante à educação e aos cuidados de saúde, ao mesmo tempo em que as perspectivas de emprego permanecem ralas. Ao longo de anos de regime democrático, foi-se cavando as disjunções política e social entre governantes e governados,³³ manifesta nos resultados das eleições de agosto de 2010, dos quais se beneficiou o partido da oposição.

33. Previsivelmente, essa disjunção é maior relativamente entre, por um lado, a diáspora em fase de constituição, malquista pelos governantes, e, por outro, a *terra* onde são-tomenses com responsabilidades de grau intermédio se ressentem dos retratos tecidos *impune e gratuitamente* no exterior. Tal reflete a relação difícil que o país mantém com uma diáspora, cujos dinamizadores, apartados das oportunidades na *terra*, se afirmam pela elevação da fasquia de exigência cívica da governança.

4 A DISJUNÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

A avaliação de senso comum feita na *rua* tornou-se operativa. Com base na constatação das abissais diferenças económicas, os são-tomenses pressurosamente subscreverão a ideia de que a má governança é o maior fator do seu empobrecimento.³⁴ Verso e reverso da mesma moeda, ao mesmo tempo que parte significativa da população desdenha os *políticos*, isto não impede que esta vincada disjunção entre governantes e governados seja instrumentalmente mediada pelo *banho*.³⁵

Para o comum dos são-tomenses, é inegável o continuado incumprimento de sucessivas promessas relativas a necessidades básicas em contraponto aos casos de enriquecimento exponencial – tão mais injustos e injustificados quanto todos conhecem as origens dos ricos. Este é o crivo pelo qual, sem recurso a elaboradas teorias sociais, os são-tomenses concluem por um destino azarado da *terra* devido aos dirigentes, quando não por causa deles próprios.³⁶ A ideia de um destino inescapável, inferida das trajetórias individuais de perda, é aplicada à evolução de São Tomé e Príncipe. Apesar da bonomia do ambiente, o desespero de ver irremediavelmente gorada a hipótese de uma vida melhor é o sentimento prevalecente.

Nesse contexto de pobreza e marginalização de parte da população, o lema da *mudança* preserva dons salvíficos e milagreiros. Voltou a ter eficácia política nas eleições de 2010, sendo particularmente acolhida pelos mais novos. Por um lado, falta-lhes a memória da *mudança* de inícios dos anos 1990 e da desilusão que esta semeou. Por outro, julgam o país capaz de novo nascimento pela remoção dos *políticos* corruptos e ladrões.

A quem circulasse nas artérias da cidade de São Tomé nos dias da campanha para as eleições locais e legislativas (25 de julho e 1º de agosto, respectivamente) era perceptível que a juventude se inclinava a votar na ADI, como, de resto, o primeiro-ministro cessante, Rafael Branco, veio a reconhecer ter sucedido. Politicamente, este partido se mostrou agressivo e com um grau de organização assinalável para o comumente observado no país.

34. Cita-se, entre outros, Santo (2009, p. 147). Este autor reproduz dados apurados por instituições internacionais sobre a progressão da pobreza até 2001. Ver Santo (2009, p. 148-149).

35. Aos olhos dos estrangeiros, o *banho* ou a *compra das consciências* por meio de dádivas de bens parece uma irracionalidade, porquanto os observadores não assinalam esquemas ilegais de vinculação do voto dos beneficiários do *banho*. Para Seibert (1999, p. 412), o recurso à dádiva de presentes durante as campanhas não garante votos, mas tem efeitos, dada a lógica cultural da reciprocidade.

36. Por tão contrário às promessas da independência e da agenda de todos os políticos, o empobrecimento gera um sentimento de perda de autoestima, por vezes com efeitos socialmente tão corrosivos quanto os da antiga racialização, sendo esta resultado da interiorização do racismo e do paternalismo que suportavam o sistema colonial. Entre estes efeitos, conta-se o da tendencialmente nula confiança dos ilhéus nos *políticos* e em si mesmos.

A *rua*³⁷ desprezou o contrato do MLSTP com a “sociedade civil”,³⁸ interpretando-o como uma cooptação a concretizar com base em eventual negociata deixada na sombra. Fundada, ou não, tal era uma leitura plausível em um país em que até hoje a sociedade civil praticamente não se viu,³⁹ sendo, de resto, dependente do Estado ou das oportunidades e dos meios que, por este, se podem carrear.⁴⁰

As propostas eleitorais foram certamente menos relevante e, ainda menos do que em outros países, estas vincularão o governo recém-empossado. Uma das apostas do MLSTP era a reconstrução do tecido social a partir da sua base rural, por meio da criação de oportunidades de vida na agricultura. Para este partido, a reconstituição do tecido social do *mato* assente na melhoria das condições de vida das chamadas *comunidades* e na evolução positiva dos indicadores macroeconômicos que não se revelaram desígnios eleitoralmente compensadores.⁴¹ Em parte, pela incapacidade de compasso com as mutações sociais em curso na cidade.

A *mole*⁴² concentrada em torno da cidade não quer saber do *mato*. A ostentação dos *políticos* é o diapasão pelo qual os jovens aferem do que estão a ser

37. Propõe-se um ator social de caracterização difícil e discutível, mas em razão do qual se faz política no arquipélago. Em função da circulação de informação de contornos controversos, mais atidos à percepção individual e à *rádio boca a boca* do que aos conteúdos dos *media*, o escrutínio dos políticos faz-se literalmente na rua, para onde confluem os problemas sociais. Parte da atividade econômica e da circulação de informação processa-se na rua; nesta, se formam juízos que só não se tornam evidentes para os que, desobrigados de procurar vida nas ruas, têm também a hipótese de cultivar algum distanciamento.

Como em outros contextos, a resposta às dificuldades pode ser mais ou menos violenta. Mas mais do que episodicamente agressiva, esta tende a ser corrosiva no sentido em que a desarticulação social aumenta os custos de qualquer desempenho econômico e social nas ilhas. Suportadas de forma crescente na informalidade e na precariedade, as formas de organização em que vem cristalizando o tecido social são-tomense são, simultaneamente, uma condição de sobrevivência e um agravamento dos custos da reprodução social.

38. Não há confusão entre sociedade civil organizações não governamentais (ONGs), mas, juntamente com a *rua* e os jornais, as ONGs são, talvez, o ator mais organizado fora do Estado. Apesar da existência de mais de uma centena destas organizações, a debilidade da sua atuação social e sua fraca representatividade política são inegáveis. Apesar da valia social do contributo de algumas, elas não produzem um diagnóstico da sociedade distinto ou independente do poder político. Na falta de uma prática local de iniciativas e de protagonismo independente – sem dúvida alguma, também atribuível aos contornos da hegemonia colonial, depois aprofundados pela pulsão hegemônica do MLSTP –, muitas ONGs vivem ligadas ao Estado ou credenciadas por este. Em parte induzidas pela influência estrangeira, não estão muito enraizadas na terra. Poucas têm um desempenho constante, independente e visível; curiosamente, atributos relacionados com o financiamento externo, fonte de outra dependência.

39. O autor não discute as intenções e o conteúdo desse contrato, que, de resto, ele não conhece. Como não o conhecem os são-tomenses, mormente aqueles que o desaprovaram, reagindo emotivamente à teatralização da sua assinatura dias antes das eleições.

40. A dado passo, as ONGs pareceram configurar-se como um viveiro de futuros governantes que, com um tirocinio radicalmente diverso dos políticos, poderiam conduzir o país a bom porto. Tratava-se de uma inferência por analogia com a ideia de que, por vezes, a economia informal revela capacidades de empreendedorismo e de acorrer a situações sociais mais gravosas. Sem discutir as implicações sociais da economia informal, tal inferência já era ilusória porque a suposição do desempenho na sociedade civil enquanto tirocinio para a política já comportava uma expectativa enviesada. A semanas das eleições de 2010, a assinatura de um pacto pelo MLSTP com a sociedade civil, personificada em um dos seus mais considerados atores, equivalia, aos olhos da *rua*, a uma rendição aos detentores do – e aos instalados no – poder, não surtindo o efeito desejado por este partido.

41. Ainda que não deva atribuir tais intenções a fins estreitamente eleitoreiros, as votações dos distritos menos populosos podiam decidir uma vitória do MLSTP, dados o sistema eleitoral e a pressentida bipolarização. Todavia, os resultados obtidos nos distritos correspondentes à zona rural não se revelaram compensadores para a perda nos centros urbanos mais populosos.

42. Multidão numerosa e compactada (N. do Ed.).

privados. A juventude quer *mudança* imediata e desdenha a atividade econômica no mato, incerta e, sobretudo, desprotegida.⁴³

Curiosamente, em registo eivado de moralismo, parte dos são-tomenses subscreverá que o furto se tornou “moda e constitui como que um outro valor cultural do forro, uma verdadeira praga para a pequena economia de S. Tomé e Príncipe, praga muito difícil de combater” (SANTO, 2009, p. 184).

Acreditar nos réditos do trabalho afigura-se uma ingenuidade infantil em uma terra onde a riqueza surge associada ao exercício da política. Uma tentativa de indução de exigência pelo governo cessante poderá ter sido julgada afrontosa, porque não se crê que os *políticos* trabalhem ou tenham feito isto alguma vez. Se a comparação com as dificuldades do colonialismo em adestrar as almas e os corpos indiciasse os escolhos da condução política e social, a similitude dos discursos – mormente do anterior primeiro-ministro, que dizia “*tlabá só ka da tê*”; isto é, “só com trabalho é que se consegue alguma coisa” – pode ser um indicador das dificuldades impostas aos governantes, especialmente se, como parece agora ser o caso, se propuserem a pôr ordem nas ruas e no Estado. A magnitude das dificuldades de reconversão dos comportamentos sociais não deve fazer esquecer que aquelas começam, frequentemente, nos equívocos dos propósitos políticos, que dificilmente se resolverão pela apropriação do desejo do *pulso forte*.

Sem claras enunciações ideológicas e programáticas, entre os desejos e as demandas da *rua* e as promessas contidas, o programa eleitoral vencedor era mínimo: *mudança* no sentido do acerto de contas com os corruptos. Na rua, apontando para o cartão de eleitor preso com alfinete de dama às *t-shirts*, os jovens descreviam-no como, mais palavra, menos palavra, “a arma para apanhar o ladrão no dia das eleições”.⁴⁴

Foi com agressividade retórica que a ADI ganhou as eleições. Sua campanha envolveu apreciável mobilização de meios – por exemplo, os polos deste partido pareciam de melhor qualidade do que as *t-shirts* dos restantes partidos, fato não despreciando no tocante às promessas implícitas para o futuro. Desde o início da campanha, a ADI apostou forte na captação dos desenraizados e da juventude urbana. Na manhã de 10 de julho, na preparação do comício em frente ao Mercado Novo, proferiam-se, entre outras, as seguintes palavras de ordem: “Mercado Novo, ADI! motoqueiros, ADI! candongueiros, ADI! corruptos... [compasso de espera] rua!” O tom era consentâneo com os desejos da *rua*, pouco

43. A posse da propriedade depende da efetiva capacidade de defender, o que decorre cada vez menos do direito e das instituições. Atualmente, a salvaguarda da propriedade suscita opções como a construção de muros ou a contratação de guardas, algo inimaginável há não muitos anos. A capacidade de defesa da sua terra não está ao alcance, por exemplo, dos mais velhos e pobres, que anteveem baldados seus esforços para tirar proveito da terra devido, entre outras razões, aos furtos.

44. O autor cita de memória, mas está absolutamente certo de traduzir fielmente o sentido.

atenta às declarações de que, uma vez governo, a ADI respeitaria os compromissos internacionais. Aliada à vontade de *mudança*, a *performance* dos comícios bastou.

A esse respeito, é interessante como a escolha dos vários cenários pelos diferentes partidos para seus comícios remete para memórias e afetividades de peso político variável consoante as conjunturas e os grupos sociais. Como de hábito, o MLSTP escolheu a Praça da Independência, ao passo que a ADI escolheu o Mercado Novo. Dessa forma, ficaram em cotejo os pergaminhos históricos com a economia informal e o desenrascanço da vida. Porventura, à juventude interessará menos a independência do que os bens, até porque, em apreciação aparentemente irrefutável, os *políticos* não prescindirem destes. Para além das evocações das memórias e dos afetos, esta geografia da campanha eleitoral indicia o clima de disrupção impensável nas vésperas de 25 de abril de 1974⁴⁵ e que em nada favorece as supostamente desejáveis concertação política e coesão social.

A vontade de *mudança*, patente na *rua*, nutriu-se de espécie de ressentimento que, sedimentado durante anos, a espaços é revolvido e levantado contra os governantes. À carga das expressões mais apaixonadas da *rua*, como as citadas a propósito dos *políticos* – no caso, os do MLSTP e do PCD-GR; amanhã, outros – acresceram, talvez, os efeitos do desassombro do economista Teotónio Torres. Ele apodou o primeiro-ministro de *reles*,⁴⁶ ao mesmo tempo que falava em negócio do primeiro-ministro com Angola e Portugal, sendo estes países ladrões do petróleo são-tomense.⁴⁷ A mensagem mais recente de que os réditos do petróleo não estavam ao virar a esquina⁴⁸ e a condescendência – para alguns, sobranceira – da resposta do primeiro-ministro cessante, que elegera Angola e Portugal como parceiros estratégicos, pode ter, aos olhos de são-tomenses, conferido crédito a

45. De tempos em tempos, esse clima de disrupção é emotiva e esterilmente lamentado, mormente por são-tomenses. Na realidade, esta alimenta as clivagens que, significativamente, convivem com sucessivos rearranjos instrumentais dos vários grupos e indivíduos em luta pelo poder.

46. Em 15 de julho de 2010, dias antes da cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e das eleições, no *Fórum*, programa da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) – África, o antigo ministro da Economia, Teotónio Torres, acusou o primeiro-ministro Rafael Branco de ter acertado com as petrolíferas angolana e portuguesa a venda do petróleo são-tomense: “O Primeiro-ministro Rafael Branco está a vender o país. Eu não aceito que vocês colaborem nesta venda. Dissuadam-no, presidente de Angola, Dissuadam-no, presidente do Brasil, a não roubar a única coisa que nós temos: o petróleo. Esse primeiro-ministro é um homem reles. Não sei como qualificá-lo. Foi meu colega, mas não tenho o mínimo respeito por esse homem”. De acordo com Teotónio Torres, “Rafael Branco está a vender o país. Ele combinou com a Galp e com a Sonangol para formar um grupo para explorar a favor de Portugal e Angola o petróleo de São Tomé e Príncipe”. Teotónio Torres acrescentou que parte do dinheiro da campanha eleitoral de Rafael Branco teria sido cedido por tais companhias petrolíferas (Teotónio, 2010).

47. A indignação, aparentemente sentida, do veterano Teotónio Torres validava suas acusações relativas a Portugal e Angola, cujo instrumento seria o primeiro-ministro Rafael Branco. Panfletário, seu discurso parecia irrefutável e a – vaga, para não dizer nula – substância das acusações corroborada pela sua indignação – que, sem conhecimento bastante dos fatos, se poderia imaginar equivocada, embora não necessariamente dúplice ou instrumental.

Curiosamente, suas menções ao negócio ruinoso em perspectiva que entregaria o petróleo são-tomense a Portugal e Angola inscrevem-se em estendal de alusões à alienação indevida dos direitos sobre este recurso, sobre o qual quase todos terão certezas – entre estas, a de que o país estar a ser roubado –, conquanto raramente se aduzam elementos concretos.

48. De resto, asserção repetida pelo primeiro-ministro eleito, Patrice Trovoada, na sua tomada de posse.

Teotónio Torres. Ou conferiu-se-lhe crédito por esta já ser a predisposição afetiva prevacente no ambiente político, mormente nas ruas.

Em rigor, a virulência de tal ataque não era inédita, porquanto já em campanhas eleitorais anteriores se recorreu a labéus de igual coturno, mormente em panfletos anônimos, procurando-se despoletar reações emocionais contra os concorrentes. Porém, desta feita, o ataque ao caráter do primeiro-ministro em exercício foi feito em emissão televisonada. Circunstancialmente, a virulência da investida pode ter ajudado a trazer à tona uma convicção, se não sobre a questão do petróleo, pelo menos relativa aos préstimos do primeiro-ministro, chegado ao poder por meio de uma coligação negativa com o PCD-GR, partido que saltara de uma aliança governamental com a ADI para formar outra com o MLSTP. Foi dado mais um passo nas disrupções política e social no arquipélago, embora, na ressaca dos resultados eleitorais e da formação do novo governo, ex-governantes tenham afirmado sua intenção de um desempenho responsável enquanto oposição parlamentar.⁴⁹

Alguns dos mais velhos ou dos que cresceram em ambiente socialmente regulado e pacificado apelam aos *valores* de outrora. Este apelo conclama ao consenso entre os políticos, os quais agora comprovam a dificuldade de reconverter comportamentos depois de aberta a porta à sua desregulação. Note-se que o compromisso com a regulação e a transparência é tão consensual⁵⁰ quanto volátil, porque ninguém se arrisca à impopularidade, nem à pretendida imagem de proeminência e ascendência político social convêm o desrespeito e o – provável – descaso da *rua*.

Até o momento, as pressões social e política – até às eleições de 2010, canalizadas para o apeamento do governo do MLSTP e do PCD – estão contidas. O governo recém-empossado vai beneficiando-se de compreensão e apoio. Para já, e porque a regulação e a previsibilidade ainda são prezadas – também porque consentâneas com o desejo do *pulso forte* –, as primeiras medidas de ordenamento nas ruas da cidade de São Tomé parecem ter sido bem-acolhidas. Estas serão mais vinculativas quando o governo conseguir forjar um ambiente de disciplina social cuja aplicação não se restrinja à *rua*. De outro modo, esta demandará de novo uma reparação para o estendal de gravames – desde logo, as privações de uma vida – imputado aos *políticos*.

49. Sua observada até quando durará a posição do governo consentânea com a ruptura com as direções do MLSTP e do PCD proclamada pelo primeiro-ministro recém-empossado ou quando é que as peripécias do curso da política não refarão as representações partidárias no parlamento.

50. Compromisso expresso aquando da morte de Francisco da Silva, dirigente do PCD-GR e presidente da Assembleia Nacional, que gozava de uma aura de intocável. Em momento de particular crispação, de forma serena, Francisco Silva instou com o presidente da República para que se abstinhasse de chamar “escumalha” aos seus concidadãos. Diga-se, os compromissos políticos enunciados nestas ocasiões tendem a ser rapidamente esquecidos.

Encaradas as eleições como uma oportunidade para o castigo dos *ladrões*, ficou entreaberta a porta para demandas mais ou menos veementes, eventualmente acompanhadas de violência, caso persistam e se agravem as privações e as clivagens sociais; afinal de contas, um cenário possível. Em um futuro próximo, a *rua* vai querer a punição dos *políticos* e, quando for o caso, vai-se lembrar das promessas do petróleo. Possivelmente, o poder vai ter de lidar com a reposição da autoridade do Estado, que, tendencialmente, recaiu discricionariamente sobre os – elos – mais fracos.

Só muito recentemente, se deram os primeiros passos no tocante à afirmação da autoridade do Estado em face dos poderosos, aos quais dificilmente se chegará. Independentemente deste intuito – perseguido por algumas instâncias judiciais e ratificado por juras solenes, algumas destas relacionáveis com a proximidade das eleições locais e legislativas – e das promessas de combate à corrupção por ocasião da apresentação do programa de governo em 17 de setembro de 2010, em entrevista difundida em 12 de julho desse ano, aniversário da Independência, o presidente Fradique de Menezes não considerou que a oferta de dobras para olear o andamento de papéis em uma repartição pública configurasse um caso de corrupção.⁵¹ De modo diferente, seria o caso de milhões pagos por um qualquer favor para negócios de monta. Portanto, o presidente desvalorizou os casos – que alguns dizem correntes – em que está em causa a cobrança de umas dobras para aumentar o pecúlio destinado à sobrevivência. Na verdade, desqualificou todo o relacionamento social e institucional, escorando a desculpa e a tolerância para os comportamentos de corrupção.

Até mesmo quando a corrupção pode entroncar em “tradições” africanas, a complacência perante a corrupção equivale à escolha do convívio com seus custos políticos, sociais e econômicos. A outra opção será a da aplicação dos diplomas legais, abandonando interpretações de duvidosas filiações idiossincráticas, que, ancoradas em relativismo condescendente, configuram uma conveniente justificação para a depredação do bem comum. A observância da legislação deverá independer de considerações acerca da sua inspiração ocidental ou não, porque, acima de tudo, se terá de relembrar que a legislação decorre de uma escolha política dos são-tomenses.

Previsivelmente, a sociedade civil vai continuar a ser invocada pelos futuros governantes. Mas as arquiteturas política e social não lhe concedem muito espaço,

51. O comum dos são-tomenses não partilhará da visão condescendente de Fradique de Menezes. Em São Tomé, narram-se inúmeros casos semelhantes ao relatado em Santo (2009, p.181).

Como em outros países, a percepção da importância social do requerente é crucial para os padrões de atendimento de qualquer demanda. Cria-se, pois, uma cultura de relacionamento social em que se tende a ser discricionário com os subordinados e reverente com os superiores. Em diferentes níveis, o oportunismo substitui a responsabilidade e o compromisso cívico.

nem esta parece, para já, em condições de o conquistar⁵² e de credenciar-se como voz com peso político equivalente ao clamor da *rua* nestas eleições.

Não só falta uma sociedade civil, como também vários protagonistas se demitem de um desempenho de elite – neste sentido, entendida latamente como distinta em razão de desempenhos políticos e sociais relevantes. Refira-se que, após a Independência, o regime monopartidário empurrou vários indivíduos para a expatriação⁵³ e, até quase ao seu termo, anulou as contribuições diferenciadas e inovadoras, vincando, afinal, as facetas negativas do legado colonial. A reprodução – e recomposição – da classe política faz-se de preferência pela exclusão dos opositores e pela cooptação por via clientelar. Em alternativa, alguma renovação ocorre pela irrupção do sistema político de fora para dentro, em alguns casos, de permeio com uma agregação de traços clientelares.

Tais dados inquinam o exercício político, causando permanente agastamento da *rua* e corrosão da imagem dos *políticos*.

5 AS MARCAS DA CULTURA POLÍTICA

Ao visitante do país em época eleitoral, a contiguidade dos cartazes no mercado, ponto central da cidade de São Tomé, patenteia a ideia, com o seu quê de ilusória, de convívio político e cívico salutar. Seja como for, esta contenção política não será de menosprezar, tanto mais que nem sempre é observada nos discursos políticos.

Mais do que concidadãos com quem se partilha denominador comum, os são-tomenses com alguma capacidade de escolha de vida parecem, sobretudo, competir por oportunidades irrepetíveis.⁵⁴ A ideia de destino comum é, frequentemente, aflorada – como se esta não imperasse, assegura-se que *a pobreza não é factível!* –, mas neste discurso político, assim como nas agendas sociais dedicadas à promoção de igualdade de género, ao combate à violência doméstica e à consecução dos Objetivos do Milénio (ODM) – entre os quais, o da redução da pobreza –, pesam muito as agendas externas.

Qualquer observador ponderará que o discurso político não se atém à realidade. Mas regista-se clima de liberdade de imprensa: um dos jornais, O Parvo, fez campanha pela mudança⁵⁵ sem ter sido incomodado. Esta liberdade

52. Em certo sentido, algo de homólogo se passa com a diáspora. Na terra, a receptividade para as opiniões dos emigrantes é quase nula.

53. Acerca da expatriação das elites por razões políticas, consultar Cahen (1991, p. 134).

54. Para os responsáveis políticos, a autojustificação velada de tal conduta só poderá residir no fato de serem desconsiderados pela sociedade por ineptos, caso não sejam capazes de aproveitar a oportunidade. A inversão de valores – em face do discurso político local, e não apenas relativa a uma subjetividade externa – torna-se a justificação – implícita – da depredação do bem comum.

55. A resenha do percurso jornalístico do diretor de O Parvo esta disponível em: <<http://www.cstome.net/oparvo/1º%20Pessoa.htm>>. Acesso em: 14 set. 2010.

dá vazão às críticas. Em todo caso, importa notar que tal coexiste com a corrosiva rádio boca a boca e que, porventura, esta pesará mais do que aquela na condução política mais imediata.

A aparente liberdade política convive com outros dados, a saber, o tendencial silenciamento das propostas de configurações econômica e social; e o esvaziamento das opções ideológicas em favor da emotividade na avaliação dos políticos. A rala ou nula diferenciação no tocante à ideologia⁵⁶ casa-se com a ausência de discussão de desenhos econômico e social.⁵⁷ Acrescem-se o investimento e/ou o esvaziamento das expectativas nas figuras tutelares, o que explica a queda vertical do MDFM-PL, devido ao imaginado fim político do presidente Fradique de Menezes a menos de um ano do fim do mandato.

O fator mais importante é a operatividade dos sentimentos, na manipulação dos quais entram em jogo as expectativas, as vinganças simbólicas e o *banho*, designação da *compra das consciências*. Perante a amplitude deste fenômeno, progressivamente disseminado e hoje quase institucionalizado, os vários partidos negaram esta tentada compra dos corações, alegando que bens, como motos, se destinavam às ações de campanha e que as televisões não eram doadas a indivíduos, mas às comunidades mais carecidas. Os candidatos impossibilitados de vencer com o recurso a donativos retorquiavam: “tomem banho, mas não vendam a alma”. Na verdade, nenhuma formação política se leva a sério quando disserta a respeito de medidas para acabar com o *banho*, ou quando alude à perversão da disputa eleitoral por sua introdução.⁵⁸ Ninguém está interessado em acabar com o *banho* porque não se vislumbra mecanismo alternativo para a conquista do poder.

Resultantes da recente trajetória do país, as marcas da cultura política são operativas. Mais do que os *valores* culturais – abstracta e saudosamente evocados, mas sem impacto relevante nas evoluções política e social –, são estas marcas que compõem a identidade política local, arredia das alusões cristalizadas às cada vez mais longínquas fraternidade e partilha entre os são-tomenses.

56. Para essa última campanha, o MLSTP-PSD trocou o suporte do PSD pelo do Partido Socialista (PS) de Portugal, sem que tal tivesse sido notado ou merecido nota na terra.

As relações dos dois maiores partidos em Portugal, o PSD e o PS, com os partidos das ex-colônias portuguesas não têm obedecido a critérios de afinidade ideológica; antes, ao lastro de relacionamentos pessoais dos respectivos dirigentes ou ao pragmatismo das relações interEstados.

O PSD, inscrito no Partido Liberal Europeu, apoiou o MLSTP em finais da década de 1980. Por isso, nas vésperas de disputar as primeiras eleições, o MLSTP passou a MLSTP-PSD. Já o PS, filiado na Internacional Socialista, encontrou amigáveis escolhos nas suas relações com os partidos que conduziram as ex-colônias após as independências.

57. Excetou-se a apresentação sistemática feita no intervalo da transmissão da final da Copa do Mundo de futebol, viabilizada pelo MLSTP em praça de São Tomé, em altura em que a Televisão São-Tomense (TVS) estava em greve.

58. Diferentemente, as acusações recíprocas versam sobre a autoria moral do *banho*.

Já Seibert (1999, p. 300/307) caracterizou as campanhas eleitorais como ocasião de acesso a certos bens materiais, por vezes, televisões para a população. Como ocorreu nas últimas campanhas, no caso da oferta de bens a uma comunidade, os dirigentes partidários tendem a considerar que não se estão a promover o *banho*.

Com raras exceções, os critérios de valorização dos indivíduos são o do dinheiro e o do poder que, no arquipélago, facilmente tocam o cotidiano das pessoas, favorecendo a clientelização.

A africanização, entendida na acepção de uma deriva para a desordem social – encarada, não de uma intrusa perspectiva valorativa de fora, mas como algo de inesperado para os próprios são-tomenses –, contribui para a inclinação para o *pulso forte*,⁵⁹ no qual alguns entreveem a única forma de introduzir alguma regulação e previsibilidade no quotidiano. O recém-empossado governo de Patrice Trovoada vai ao encontro desta demanda, dizendo não querer anarquia nas ruas.⁶⁰ Com maior ou menor consciência disso, vai, em certo sentido, na senda das propensões autoritárias, já evidenciadas pelo MLSTP na época de transição para a Independência,⁶¹ que, de alguma forma, prolongavam as do colonialismo. Frequentemente, com resultados diversos dos imaginados.

6 OS HORIZONTES DESTA MUDANÇA

À margem da evolução recente dos indicadores macroeconômicos, dos quais se destaca a baixa da inflação, ao cabo de um penoso caminho de perda e, sobretudo, em face das pouco risonhas perspectivas económicas para a juventude urbanizada, o desejo de castigo dos ladrões – os políticos –, a inacessibilidade da figura e os rumores acerca do seu desempenho protetor e da sua riqueza militaram a favor de Patrice Trovoada, cujo partido, a ADI – relembra-se, criado em 1992 sob a égide de seu pai, Miguel Trovoada –, obteve uma maioria relativa nas eleições de 1º de agosto.

59. Anos de privações, de desregulação social e de ausência de alternativas qualificadas levam alguns são-tomenses a suspirar pelo *pulso forte* ou, em versão mitigada desta autoridade, pelo retorno aos *valores*, igual é dizer que suspiram por um vínculo adensado e imperioso para além da mera relação jurídica com a autoridade.

Laborar-se-á traço cultural subliminar em prol do homem tutelar e providencial propício à ideia do *pulso forte*? O autor deste artigo tem desconfianças em relação a tais narrativas, mas cumpre analisar a prevalência de tal ideia em sociedade que, tanto quanto a memória dos vivos e dos progenitores alcança, teve sempre na autoridade o mais decisivo fator de regulação social.

60. A intransigência é difícil por acarretar um pesado ônus político, acabando, frequentemente, transformada em discricionariedade injusta por recair sobre os mais fracos. É certo que a intransigência poderá fazer opinião e consolidar o apoio ao governo de Patrice Trovoada. Contudo, estas condições têm um prazo de validade, dependente de múltiplos fatores – entre os quais, a consequência da ação de governo e a percepção da evolução económica, designadamente para os mais desapossados e jovens.

61. Ainda que não se possam alimentar especulações sobre o resultado de uma consulta popular sobre os destinos do arquipélago naquela conjuntura, os são-tomenses viram-se sem escolha. O MLSTP quis ser a única força política são-tomense. Primeiro, com a complacência do poder colonial demissionário, atemorizou e cooptou os céticos ou os mais conservadores em relação à Independência. Depois, e ainda com o apoio das autoridades portuguesas, granjeou a adesão dos timoratos pelo combate que moveu à Associação Cívica, tida por mais radical e que, por isto, assustava quem, aceitando a Independência, queria continuar a viver da mesma maneira, se possível com melhores condições económicas.

Ainda que não possamos falar de volatilidade política, desde logo, por o tirocínio de afirmação de Patrice Trovoadá ter anos, importa relembrar que, quando da sua derrota nas eleições presidenciais de 2006,⁶² ocorrera que o país não era de pai e filho, uma alusão a um cenário de transmissão familiar do poder frequente em contextos africanos, mas então desdenhado no arquipélago. Agora, a aposta de Patrice Trovoadá vingou.

Ciente do ralo compromisso dos discursos com a autenticidade e com a realidade da *terra*, desta feita a *rua* quis crer numa proposta política parca em palavras. Patrice Trovoadá, o político que não colava na *terra*, por, como é referido, ter nascido fora no tempo da *luta* – pela Independência –, tem agora sua oportunidade.

Majoritariamente jovem e não cingida às lealdades dos progenitores (as tecidas no *tempo do colono* ou as devidas aos fundadores), a *rua* reflete a ânsia de uma vida consonante com as promessas da globalização a todos os viventes e das quais os jovens são-tomenses, para quem as oportunidades se rateiam de acordo também com os proeminências políticas e sociais, se julgam privados pela ação dos políticos.

Para a atualidade, pelas enunciações e por certas figuras escolhidas para o governo, dir-se-ia prevalecer algum consenso sobre as opções de desenvolvimento. Os cenários econômicos remetem para a diversificação da agricultura tecnologicamente adaptada, para o turismo⁶³ e, sobretudo, para a oferta de prestação de serviços para os países da região,⁶⁴ a partir da criação de plataforma

62. Contra Fradique de Menezes, um adversário tratado retoricamente como inimigo figadal, o MLSTP sujeitou-se a apoiar Patrice Trovoadá, ajudando, desse modo, a conferir-lhe densidade política.

Posteriormente, ao cabo de meses do governo de Patrice Trovoadá, o MLSTP apresentou moção de censura que contava com o apoio do PCD. Ora, nessa altura, este partido integrava o governo, razão porque seu apoio a uma moção de censura foi lido como traição.

Patrice Trovoadá chegara ao poder, não pelo sufrágio, mas pelo papel de charneira do seu partido para uma coligação. Também Rafael Branco chegaria ao poder, não por sufrágio, mas por uma coalizão com o PCD, que se bandeava de uma coligação para outra.

Os fumos dos dinheiros da STP-Trading (empresa criada *ad hoc* e a qual foi entregue a importação de bens de consumo, graças a crédito de US\$ 5 milhões concedido pelo Brasil, sem que os bens importados aparentassem justificar o dispêndio de uma tal soma) e a inamovível convicção de que a persistência das dificuldades se deve à corrupção e ao desvio de fundos ocasionaram a onda de *mudança*.

63. Aventa-se a hipótese dos turismos rural e ecológico como alternativas ao turismo de massas, visto como ameaçador ao equilíbrio ecológico. Esta ponderação mistifica dois dados, a incapacidade das praias em acolher qualquer turismo com volume significativo e o fato de algumas destas terem já sido seriamente danificadas pela extração de areias. Acresce-se o desrespeito do normativo relativo ao ordenamento territorial na orla marítima, que praticamente inviabilizou o acesso a algumas das mais apetecíveis praias. O desordenamento territorial é revelador da balança entre, por um lado, as ponderações em prol do direito e do bem público e, por outro, a efetiva apropriação e acumulação de bens por singulares.

64. As relações entre o arquipélago e o Golfo da Guiné tinham praticamente desaparecido desde meados de 1800, quando da recolonização (Nascimento, 2000a). Consultar também as perspectivas acerca do relacionamento com os países vizinhos traçadas por Hodges e Newitt (1988, p.120-122).

Atualmente, mais do que procurar mercados para suas exportações, o arquipélago quer afirmar-se como base logística, o que parece fazer sentido em vista das perspectivas sobre a segurança marítima na região.

logística moderna e, acrescenta-se, segura. No essencial, esta proposta segue a cartilha do desenvolvimento dos pequenos Estados insulares, encarados como destinos turísticos ou plataformas logísticas associadas a zonas francas (SANTO, 2009, p. 152). Em São Tomé e Príncipe, gizou-se um cenário mirífico em torno destes projetos, supostamente capazes de ancorar a opinião pública enquanto não chegam os – imaginados – créditos do petróleo.

Da parte do governo, escutam-se as proclamações de empenho, rigor e, acima de tudo, combate à corrupção e restrição dos privilégios dos detentores de cargos cimeiros da administração. A oposição parlamentar, por sua vez, reitera promessas de responsabilidade na Assembleia Nacional. A figura tutelar do MLSTP, o primeiro presidente do arquipélago, Manuel Pinto da Costa, concitou à unidade nacional.⁶⁵ Apesar do apoio parlamentar minoritário, o governo goza de estado de graça e de alguma expectativa positiva em torno da necessidade de o país enveredar pela via do desenvolvimento.

O maior problema advém da debilidade das instituições e, concretamente, do Estado, que oscila entre a ineficácia e o reconhecimento de que ainda goza, seja pelo lastro histórico, seja pela percepção de que é no âmbito estatal – beneficiário e canalizador de ajuda externa – que reside a possibilidade de regulação social. Perante os sinais de violência e desregulação social,⁶⁶ avulta a necessidade de desempenho institucional forte, eficaz e equitativo. Mas, embora sustida pelas cíclicas esperanças na *mudança*, aumenta a sensação da incapacidade de reconverter comportamentos. A recondução dos desempenhos burocráticos ao rigor e à regulação social de condutas sociais, segundo modelos institucionalmente independentes e vinculativos, afigura-se tarefa hercúlea, como o atestam as dificuldades do aparelho de justiça.⁶⁷

65. Pinto da Costa deu sinais de ultrapassar o que várias vozes consideram um conflito de décadas com a família Trovoada – por exemplo, Seibert (1999, p. 125) considerou que as maiores divergências entre Pinto da Costa e Miguel Trovoada eram, não políticas, mas sim pessoais. Porém, e compreensivelmente, tal pronunciamento foi considerado como parte da aplanagem do caminho para a candidatura presidencial em 2011.

66. Assim como perante a exuberância da natureza, o visitante não duvidará nem por um segundo da fertilidade das terras, assim também tende a ser cativado pela bonomia e pela simpatia dos habitantes. Em corte sincrónico, ambos os dados parecem inabaláveis.

Não são completamente ilusórios, mas são relativos e referidos a fatores nem sempre consciencializados. Mais do que à fertilidade da terra, a vegetação exuberante pode dever-se às condições climáticas, precisamente, postas em causa pela desmatação desregrada, da qual principalmente o nordeste de São Tomé tem sido alvo.

A respeito da índole dos são-tomenses, a ideia do verniz colonial pode encontrar aplicação. Com enviesamentos, alguma produção colonialista reclamava como ganho a pacificação da sociedade são-tomense, esquecendo a violência, as ilegalidades e o racismo enquanto expedientes da colonização, processo que não cabe detalhar neste artigo. No caso, importa salientar que a contenção social lograda pelo colonialismo nas suas derradeiras décadas produziu uma ideia de paz social e de bonomia dos são-tomenses que, frequentemente considerada intrínseca, é, na realidade, histórica. Algumas décadas volvidas e situações de competição política explicam a abissal diferença de comportamentos dos são-tomenses de hoje e de os de há décadas, o que não é dado de somenos para a condução política do arquipélago.

67. Por exemplo, Seibert (1999, p. 240) opinou sobre a inexistência de poder judicial independente. Vários dados apontam para esta inferência, seja em razão da teia de relações familiares, clientelares e de proximidade, seja devido ao percurso de esvanecimento das instituições desde a Independência.

Programas de ação voltados para necessidades básicas são dirigidos e sustentados por estrangeiros. Entregues a são-tomenses, algumas instituições e projetos perecem, ocasionando a impressão de eterno recomeçar que mantém o arquipélago distante de um porto de abrigo. Tal diz menos das capacidades individuais dos são-tomenses do que o fato de eles estarem reféns de uma trama de dependências, lealdades e conveniências. Tecida durante anos, esta tolhe a ação política e social, dificulta a integração dos novos, condiciona os processos de reprodução social e atrapalha o crescimento econômico.

Pronunciando-se contra a anarquia nas ruas,⁶⁸ o novo governo pareceu querer dar sinais de emancipar a ação política da teias da sociedade – derivadas do rasto de práticas perniciosas e dos efeitos constrangedores da microinsularidade – que empeceriam judiciosa e profícua governação. Contudo, a equação das relações entre as esferas política e social é bem mais complexa e tem de levar em conta o fato de que a promessa de regular o espaço urbano, supostamente útil do ponto de vista simbólico, significará ter de elevar a fasquia das metas políticas e sociais, sob pena de colisão a prazo com a *rua* que o elegeu. Para já despojada do seu *locus*, a *rua* quererá ver concretizadas as promessas de oportunidades e de bem-estar em que quis acreditar e que, em base informal, constituem o contrato com os governantes recém-eleitos.

O enredo social construído nos decênios da Independência requer uma abordagem multifacetada que encare a renovação e a gestão adequada das instituições e dos respectivos desempenhos. Pragmaticamente, ainda que veladas, a promessa e a ideia de mudar tudo serão desazadas porque, se entrementes abandonadas ou derrotadas, gerarão desânimo e alheamento. Por isso mesmo, também importaria evitar a rendição individual e coletiva, apesar de calada e progressiva, ao *status quo*. Mas não é certo que se consiga este desígnio.

7 NOTAS CONCLUSIVAS

Para além daquela fração dos são-tomenses que já antepõe a proximidade da morte a qualquer outro juízo sobre suas vidas e a do país, a população, majoritariamente jovem, não tem outra alternativa que a de ter vontade e esperança.

Ao longo de decênios, sucessivas vagas de esperança assentaram na mudança chegada de fora, que se constituiu em constante desígnio político. Os programas políticos são minimalistas e recorrentemente reduzem-se a expectativas depositadas em alguém de fora. Em um espaço microinsular tributário de diferentes tradições culturais, cuja sociedade se encontra esfarelada e cujo Estado está fragilizado, que se seguirá à mudança com a qual, em 1º de

68. Observa-se o teor da notícia de Téla Nón (GOVERNO..., 2010).

agosto de 2010, mais uma vez, se quis inverter a trajetória de perda de décadas? A réplica incessante da conflituosidade local ou a possibilidade de recomposição dos interesses políticos dos atores em prol do bem comum dos são-tomenses?

Sem convicções espúrias acerca da inaplicabilidade de mensagens simplistas à complexa regeneração ou recriação das instituições, enfim, à atuação política valerá a pena parafrasear o que um ator de *fora* propôs: *fazer o bem e não ter medo nem vergonha de ser honesto*.

A pacificação da vida social não tem relação com a imaginada índole dos são-tomenses, antes depende da sagacidade política e da atuação das instituições, o fator crucial de determinação dos comportamentos e da trajetória histórica.

REFERÊNCIAS

BRANCO, R.; VARELA, A. **Os caminhos da democracia**. Amadora, 1998.

CAHEN, M. Arquipélagos da alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, n. 14-15, Lisboa, p. 113-154, 1991.

FERREIRA, M. E. Pobreza absoluta e desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia na R. D. São Tomé e Príncipe. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 12-13, p. 137-166, 1990.

GOVERNO não convive com a situação nas ruas de São Tomé. **Téla Nón**, 25 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.telanon.info/politica/2010/08/25/5115/governo-nao-convive-com-a-situacao-nas-ruas-de-sao-to-me/>>. Acesso em: 17 set. 2010.

HODGES, T.; NEWITT, M. **São Tomé and Príncipe: from plantation colony to microstate**. London: Westview Press, 1988.

MENEZES, A. B. **Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia, Lisboa.

NASCIMENTO, A. Relações entre Brasil e S. Tomé e Príncipe: declínio e esquecimento. In: **As Ilhas e o Brasil**. Funchal: CEHA, 2000a. p. 375-400.

_____. Relações entre Angola e S. Tomé e Príncipe na época contemporânea (esboço de problematização em torno da transferência de mão-de-obra e das relações políticas). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA, 2. **Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação**. Lisboa: CNCDP, 2000b. p. 681-694.

REPÓRTER ÁFRICA. África, RTP, 30 ago. 2010.

SANTO, A. C. E. **Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo**. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

_____. **S. Tomé e Príncipe: problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento**. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

SEIBERT, G. São Tomé and Príncipe: military coup as a lesson? **Lusotopie**, p. 78-80, 1996.

_____. **Comrades, clients and cousins: colonialism, socialism and democratization in São Tomé and Príncipe**. Leiden: Leiden University, 1999.

_____. São Tomé e Príncipe. In: CHABAL, P. **A history of postcolonial lusophone Africa**. London: Hurst & Co, 2002. p. 291-315.

_____. The bloodless coup of July 16 in São Tomé e Príncipe. **Lusotopie**, p. 245-260, 2003.

TEOTÓNIO Torres faz denúncias graves contra o primeiro-ministro Rafael Branco e o Ministério Público está a investigar. **Téla Nón**, 15 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.telanon.info/sociedade/2010/07/15/4780/teotonio-torres-faz-denuncias-graves-contr-o-primeiro-ministro-rafael-branco-e-o-ministerio-publico-esta-a-investigar/>>. Acessado em: 20 ago. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDERSON, B. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. London: Verso, 1991.

CAHEN, M. Correspondência. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 16-17, p. 357-365, 1992.

CARDOSO, C.; MACAMO, E.; PESTANA, N. Da possibilidade do político na África lusófona: alguns subsídios teóricos. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 3, p. 5-25, 2002.

CHABAL, P. O estado pós-colonial na África de expressão portuguesa. **Soronda: Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, n. 15, p. 37-55, 1993.

DIOP, M. C.; DIOUF, M. As sucessões legais: mecanismos de transferência do poder em África. **Ciências sociais em África**, Lisboa, p. 129-167, 1992.

EYZAGUIRRE, P. **Small farmers and estates in São Tomé, West Africa**. 1986. Dissertation (PhD) – Yale University, New Haven, Connecticut, 1986.

FRYNAS, J. G. WOOD, G.; OLIVEIRA, R. M. S. S. Business and politics in São Tomé e Príncipe: from cocoa monoculture to petro-state. **African Affairs**, n. 102, p. 51-80, 2003.

GELLNER, E. **As condições da liberdade**. Lisboa: Gradiva, 1995.

NASCIMENTO, A. Identidades e saberes na encruzilhada do nacionalismo são-tomense. **Política Internacional**, v. 3, n. 24, Lisboa, p. 209-245, 2001.

_____. Os são-tomenses e as mutações sociais na sua história recente. **Africana Studia**, Porto, n. 6, p. 9-44, 2003.

_____. **Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe**: a independência e o estado da arte. 2007a. Disponível em: <<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB005/pdf>>.

_____. O crescendo da violência em São Tomé e Príncipe. **Nova Cidadania**, Lisboa, ano 8, n. 31, p. 54-55, jan./mar. 2007b.

_____. **Atlas da lusofonia**: São Tomé e Príncipe. Lisboa: Prefácio, 2008a.

_____. **As ONG em São Tomé e Príncipe**: entre a afirmação da sociedade civil e a emulação do clientelismo nas práticas políticas. 2008b. Disponível em: <http://www.codesria.org/Links/conferences/general_assembly12/papers/augusto_nascimento.pdf>.

_____. A difícil luta contra a pobreza em São Tomé e Príncipe. *In*: RODRIGUES, C. U.; COSTA, A. B. **Pobreza e paz nos PALOP**. Lisboa: Sextante, 2009. p. 219-246.

_____. **São Tomé e Príncipe**: a Independência, o monopartidarismo, a democracia e o empobrecimento. Lisboa: ICS, 2010a. p. 309-327.

_____. **São Tomé e Príncipe**: a Independência ou o parto do autoritarismo. 2010b. No prelo.

RIBEIRO, G. M. **Discursos de senso comum na produção do político**: o caso de Moçambique. *In*: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7., Lisboa. CEA-ISCTE-IUL, 2010.

SEIBERT, G. São Tomé e Príncipe: boatos, rádio Boca a Boca e panfletos anónimos na cultura política local, 1995. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 18-22, p. 299-316, 1995.

SILVA, A. L. C. O nascimento do Leviatã crioulo: esboços de uma sociologia política. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 1, p. 53-68, 2001.

TENREIRO, F. **A ilha de S. Tomé**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

YOUNG, C. The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing Africa political dynamics. **African Affairs**, London, v. 103, n. 410, p. 23-49, 2004.